

Terça-feira, 6 de agosto

---

## Sombras do pré-revolucionário Egito na luta do Brasil contra a impunidade

Ontem escrevi sobre o assunto que mais preocupa as pessoas que vivem na favela Complexo da Maré, no Rio de Janeiro: a impunidade. Nem os que estão envolvidos no crime organizado, nem a polícia – que demasiadas vezes combate o crime cometendo crimes – enfrentam a justiça.

Hoje reuni com membros da Comissão Nacional da Verdade, criada para analisar as violações de direitos humanos cometidas entre os anos 1946 e 1988 – um período que inclui o reinado da ditadura militar no Brasil. A atual presidente, Dilma Roussef, ela própria uma sobrevivente da tortura, foi determinante para que a Comissão existisse.

### O Legado da Ditadura

O Brasil promulgou uma lei da amnistia, em 1979, que veio proteger antigos membros do governo de serem responsabilizados por numerosas violações de direitos humanos, incluindo tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados – para mencionar apenas algumas.

Em 2010 o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos invalidou a lei de 1979. No entanto, o Supremo Tribunal Federal do Brasil não tomou posição quanto a esta decisão. (...) No final, os militares conseguiram que os seus membros voltassem do exílio de forma legal.

Quando discutia o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, foi animador ouvir o empenho que colocam na procura de justiça, no moldar da transparência, quando olham para além do governo para perceber outros grupos cúmplices das violações, o enfoque que colocam na questão de género e o compromisso em assegurar que não ficam esquecidas as violações de que as comunidades indígenas foram alvo durante esse período.

Um desafio que a Comissão enfrenta é o facto de, para violações de direitos humanos que são consideradas crimes, quase nenhum dos responsáveis poder ser julgado, porque o prazo expirou. A única exceção são os desaparecimentos forçados que, de acordo com a lei internacional, continuam a ser uma violação enquanto os sobreviventes continuarem a viver na incerteza, não sabendo o que aconteceu aos desaparecidos. Infelizmente, os desaparecimentos forçados não são considerados crime no Código Penal brasileiro.

Outra questão central para a Comissão enfrentar é o legado da ditadura militar. Como os egípcios aprenderam recentemente, um ditador ter sido deposto não significa que a arquitetura da ditadura tenha sido desmantelada. Décadas depois do fim da ditadura militar no Brasil, um dos seus legados mais prejudiciais continua: a militarização do policiamento.

### **A impunidade é devastadora**

Isto traz-nos de volta à discussão de ontem na favela da Maré. O programa de pacificação, que está a ser implementado em primeiro lugar pela polícia militar, e que para as pessoas que vivem nas favelas mais parece uma ocupação. A polícia militar não se vê a si própria como estando lá para proteger as pessoas que vivem nas favelas, para garantir a segurança humana, ou para providenciar serviços a estas pessoas. Pelo contrário – à semelhança dos princípios militares –, a prioridade parece ser o conceito de “proteção à força”, no qual as pessoas das favelas parecem ser a fonte da ameaça e não os beneficiários do policiamento.

Deixem-me voltar a dizê-lo: a impunidade é um legado devastador. A impunidade, agravada pela corrupção, destrói qualquer sentimento que as pessoas possam ter de que o Estado está comprometido em garantir a segurança humana, em proteger os marginalizados, em promover a justiça e em cumprir as suas obrigações de assegurar que todas as pessoas usufruem de todos os direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.

Quando os manifestantes ocuparam as ruas do Egito, os seus cânticos focavam-se na justiça, na dignidade e na liberdade. Quando hoje fui a uma audiência convocada pela Amnistia Internacional, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos e outros grupos, ao ouvir ativistas e defensores de todo o espectro político, pensei quão semelhantes estas histórias eram às que ouvi no Egito em 2011.(...)

Mas à medida que o meu segundo dia no Rio está a terminar, volto a ter motivos de esperança – como ontem depois de ver os projetos desenvolvidos e a serem implementados pelas pessoas que vivem na Maré. O trabalho da Comissão Nacional da Verdade pode enviar uma mensagem forte de que a impunidade não é aceitável e que, embora a justiça possa ser adiada, em última instância não sairá frustrada. O que vi no Egito – e estou agora a ver no Brasil – é a incrível sede que as pessoas têm de justiça, dignidade e em terem uma voz sobre a forma como são governadas.